ATO N. 0002/2024

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público do Estado do Tocantins.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS** , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, e

CONSIDERANDO as disposições contidas na Lei Federal n. 101, de 4 de maio de 2000, e os princípios que regem a Administração Pública, especialmente o da publicidade,

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, na forma do Anexo deste Ato, o demonstrativo do Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2023 da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

Art. 2º DISPONIBILIZAR o referido Relatório, para amplo acesso ao público, no Diário Oficial Eletrônico do Estado do Tocantins (DOE), Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins (Domp/TO) e no Portal da Transparência do Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio do link: https://mpto.mp.br/transparencia/webdocs.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS , em Palmas, 29 de janeiro de 2024.

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça

Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Estados, DF e Municípios

ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2023 a DEZEMBRO DE 2023

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS' (h)
	Janeiro/2023	Fevereiro/2023	Março/2023	Abril/2023	Maio/2023	Junho/2023	Julho/2023	Agosto/2023	Setembro/2023	Outubro/2023	Novembro/2023	Dezembro/2023	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (e)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**16.870.709,71**	**14.651.954,75**	**15.378.578,61**	**17.708.000,15**	**17.845.285,54**	**16.441.438,88**	**18.592.597,42**	**20.716.940,62**	**15.644.247,70**	**18.169.959,74**	**16.833.908,99**	**33.631.667,46**	**222.485.287,55**	
Pessoal Ativo	14.828.531,68	12.457.048,28	12.851.781,75	15.193.068,13	15.140.159,62	13.830.016,61	13.851.028,18	18.217.251,20	13.071.332,45	16.202.364,02	15.075.308,19	30.536.453,94	192.522.229,05	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	12.515.013,42	10.398.110,42	10.798.790,69	13.309.148,81	13.164.318,93	11.887.857,68	13.832.211,83	16.240.190,66	11.081.634,66	14.204.381,65	13.082.393,22	26.566.164,39	167.360.416,35	
Obrigações Patronais	1.813.518,26	1.858.937,86	1.852.941,66	1.883.939,32	1.975.840,70	1.962.158,93	2.018.816,35	1.977.060,54	1.989.697,79	1.997.982,37	1.990.914,97	3.970.288,55	25.291.812,70	
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.542.178,03	2.194.911,45	2.726.846,86	2.514.992,02	2.705.123,92	2.611.422,27	2.741.569,24	2.499.689,42	2.572.915,25	1.967.595,72	1.760.600,80	3.095.213,52	29.933.058,50	
Aposentadorias, Reservas e Reformas	2.009.132,06	1.834.247,35	2.284.026,62	2.078.624,22	2.225.585,89	2.096.079,24	2.257.398,69	2.050.308,23	2.103.092,13	1.511.382,73	1.341.634,42	2.486.007,06	24.286.018,35	
Pensões	532.845,97	360.664,10	442.820,84	436.367,80	479.619,93	515.343,04	484.170,55	449.381,17	469.823,12	456.012,99	398.966,18	629.206,46	5.647.020,15	
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Pessoas Inativos (§ 1º do art. 18 da LRF)													0,00	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente													0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	**4.344.168,08**	**2.266.030,85**	**2.994.653,00**	**5.071.700,90**	**2.900.206,35**	**2.730.884,34**	**5.468.825,70**	**7.554.297,62**	**2.678.965,40**	**4.432.767,30**	**3.802.958,49**	**12.097.586,76**	**56.343.044,77**	
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária e Dedução Constitucional	1.799.874,43	71.119,40	180.448,27	2.554.214,21	59.491,48	119.462,07	2.506.751,23	5.219.723,62	103.559,94	3.170.249,36	2.269.571,69	9.711.934,22	27.766.399,93	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração													0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	2.115,62	0,00	87.357,87	2.494,67	135.590,93	0,00	220.505,23	0,00	2.490,21	0,00	0,00	133.373,35	583.927,88	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.542.178,03	2.194.911,45	2.726.846,86	2.514.992,02	2.705.123,93	2.611.422,27	2.741.569,24	2.334.574,00	2.572.915,25	1.262.517,94	1.533.386,80	2.252.279,19	27.992.716,97	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	12.526.541,63	12.385.923,88	12.383.925,61	12.636.299,25	14.945.077,21	13.710.554,54	13.123.771,72	13.162.643,00	12.965.282,30	13.737.192,44	13.030.950,50	21.534.080,70	166.142.242,78	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	13.004.049,360,01	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	12.468.068,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VI)	89.546.043,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - V - VI)	12.991.895.148,01	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	166.142.242,78	1,28%
LIMITE MAXIMO (IX) (inciso I, Ito LRF, art. 20 da LRF)	259.837.902,96	2,00%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	246.846.007,81	1,90%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	233.854.112,66	1,80%

FONTE: Secretaria da Fazenda – RCL/Sistemas SIAFETO, Unidade Responsável 070100, Data da emissão 25/01/2024

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar são processados inscritos em 31 de dezembro de exercício anterior continuadão e ser informados nesse campo. Esses valores são sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA:

Nota 1 : Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício,por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Nota 2: As contribuições patronais referentes ao plano de saúde – PLANSAÚDE perfizeram um valor de R$882.257,53 (Oitocentos e oitenta e dois mil, duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e três centavos); e não foram consideradas para fins de apuração dos limites de despesa com pessoal por não estarem abrangidos pelo art.18 da LRF, conforme Acórdão TCU n°594/12.

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça

MARGARETH PINTO DA SILVA COSTA
Chefe do Departamento Financeiro

UILITON DA SILVA BORGES
Chefe da Controladoria Interna

LEONARDO ROSENDO DOS SANTOS
Contador CRC- TO 0002749/0-O

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 05ba9717 - b251ff02 - b44bc1d9 - fce6b716

Tabela 5.2 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - Outros Poderes e Órgãos

ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2023 a DEZEMBRO DE 2023

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	De Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a – (b + c + d + e))	(g)		(h) = (f - g)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**37.543.037,81**	-	**16.545,75**	**13.153.072,17**	-	**24.373.419,09**	8.457.363,66	-	15.916.055,43
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	**1.404.452,96**	-	**1.903,59**	-	-	1.402.549,37	37.192,48	-	1.365.356,89
Recursos Vinculados à Previdência Social				-	-			-	
Recursos Vinculados a Fundos	1.401.760,02	-	1.903,59	-	-	1.399.856,43	37.192,48	-	1.362.663,95
Recursos de Operações de Crédito		-	-	-	-			-	-
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	2.692,94	-	-	-	-	2.692,94	-	-	2.692,94
Recursos Extraorçamentários Vinculados a Precatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Extraorçamentários Vinculados a Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos Extraorçamentários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos Vinculados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	**38.947.489,97**	-	**18.449,34**	**13.153.072,17**	-	**25.775.968,46**	**8.494.556,14**	-	**17.281.412,32**

FONTE: Secretaria da Fazenda – RCL/Sistemas SIAFETO, Unidade Responsável 070100, Data da emissão 25/01/2024

NOTA:

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça

MARGARETH PINTO DA SILVA COSTA
Chefe do Departamento Financeiro

UILITON DA SILVA BORGES
Chefe da Controladoria Interna

LEONARDO ROSENDO DOS SANTOS
Contador CRC- TO 0002749/0-O

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: 9f533c5e - 2f21ed53 - 5b065c07 - 325fc622

Tabela 6.2 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - OUTROS PODERES E ÓRGÃOS

ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2023 a DEZEMBRO DE 2023

LRF, art. 48 - Anexo 6 R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente líquida	12.991.895.148,01

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	166.142.242,78	1,28%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	259.837.902,96	2,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	246.846.007,81	1,90%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	233.854.112,66	1,80%

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	8.494.556,14	17.281.412,32

FONTE: Secretaria da Fazenda – RCL/Sistemas SIAFETO, Unidade Responsável 070100, Data da emissão 25/01/2024

LUCIANO CESAR CASAROTI
Procurador-Geral de Justiça

MARGARETH PINTO DA SILVA COSTA
Chefe do Departamento Financeiro

UILITON DA SILVA BORGES
Chefe da Controladoria Interna

LEONARDO ROSENDO DOS SANTOS
Contador CRC- TO 0002749/0-O

Para verificar a autenticidade, acesse o site do MPE/TO e use a chave: e9030701 - fc5b9ba4 - 2f1b6a20 - 5c65467d

Assinaturas do documento

Assinado por: LUCIANO CESAR CASAROTI como (lucianocasaroti)
Na data: 29/01/2024 às 14:39:36
SIGN: a62e1ff492e7461ac85919f395817dc487f9bf01
URL: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/a62e1ff492e7461ac85919f395817dc487f9bf01

Este documento foi assinado eletrônicamente mediante usuário autenticado no Sistema Athenas. O mesmo possui amparo legal no ambito do **Ministério Público do Estado do Tocantins**, segundo o **Ato 071/2012 da PGJ**.